

**ATA DA 220ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3

4 **DATA:** 05/10/2016

5

6 **HORÁRIO:** 14:00 horas

7

8 **PRESENTES**

9 **CONSELHEIROS TITULARES**

10 Aline Gunsett (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

11 André Mendes Arent (Associações Profissionais Área da Saúde)

12 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

13 Canísio Isidoro Winkelmann (AHESC)

14 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

15 Clóvis Thadeu Rabello Improta (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

16 Emerson Antonio Brancher (Conselho Reg. Área da Saúde)

17 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)

18 Francieli dos Santos (FEHOESC)

19 Geraldo Azolini (COSEMS/SC)

20 Heron Felício Pereira (SES)

21 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

22 Karina Cardoso Gulbis Zimmermann (Associações Profissionais Área da Saúde)

23 Nayana Setubal Bittencourt (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

24 Nicolau de Almeida Neto (Trabalhadores Urbanos)

25 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

26 Sérgio Murilo Rabelo (Trabalhadores Urbanos)

27 Valmir Braz de Souza (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

28 Vânio Cardoso Lisboa (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

29

30 **CONSELHEIROS SUPLENTE**

31 Alessandra Tagliari C. da Silva (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

32 Clarinda da Luz Durigon (Ass. Moradores)

33 Eduardo Marques Macário (SES)

34 Juliana Franco (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

35 Leonilda Delourdes Gonçalves (Organizações Religiosas)

36 Xênio Marques Kremer (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

37

38 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA**

39 Braz Vieira (FEHOESC)

40 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

41 Francine Iagher (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústria e Agricultura)

42 Hortência Salet Muller Tierling (Conselho Reg. Área da Saúde)

43 Leandro Adriano de Barros (SES)

44 Rui Martins Iwersen (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

45

46 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

47 A 220ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h15min, sob
48 a coordenação do Presidente, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, com a presença dos
49 Conselheiros acima nominados.

50

51 **APROVAÇÃO DA ATA**

52 A Ata da sessão de setembro foi aprovada, com uma abstenção.

53

54 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

55 Ofício/Pastoral da Pessoa Idosa, o qual comunica a substituição da representante suplente do
56 Conselho Estadual de Saúde Maria da Graça Castilho por Leonilda De lourdes Gonçalves;

57 Moção de Repúdio do CMS/Biguaçu, a qual repudia a decisão arbitrária que findou o corte do
58 repasse mensal, do recurso estadual ao Hospital Regional de Biguaçu Helmuth Nass;

59 Ofício N° 321/2016/FAHECE, o qual comunica a solicitação ao Ministério da Saúde a
60 Prorrogação dos Convênios N°s 748559/2010 e 775281/2012;

61 Ofício N° 0004/2016/CMS/Palhoça, o qual pede ao CES que solicite ao Estado
62 esclarecimentos por não realizar repasses à Secretaria Municipal de Saúde;

63 Ofício N°098/2016/ALESC/CS, o qual encaminha a cópia da resposta ao Pedido de
64 Informação n° 0081.3/2016;

65 C.I.N° 516/2016/GESOS/SES/SC, a qual comunica a ausência de representantes da CES na
66 reunião da Comissão de Avaliação e Fiscalização-CAF do Hospital Florianópolis;

67 Ofício N° 0840/2016/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópias do Relatório Final da
68 Auditoria n° 16015;

69 C.I.N° 689/2016/GEAUD, a qual encaminha o Relatório de Auditoria/DIPA do mês de agosto
70 de 2016;

71 C.I.N° 608/2016/GEAUD, a qual encaminha o Relatório de Auditoria/DIPA do mês de julho
72 de 2016.

73

74 **ITEM I – ORDENAMENTO JURÍDICO DO CES (Participação do Ministério Público)**

75 O Presidente do Conselho, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, informou que uma técnica
76 do Ministério Público ligou explicando a impossibilidade da vinda de um representante nesta
77 sessão.

78 A Conselheira Vice-Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que o
79 Tribunal de Contas da União poderia vir ao CES para debater vários temas. Ressaltou que o
80 Conselho Municipal de Joinville fez isso é que a experiência foi bastante exitosa.

81 O Conselheiro André Mendes Arent disse que o Ministério Público deve se manifestar
82 por meio de documento explicando o motivo da não vinda ao CES pela segunda vez.

83 O Presidente encerrou a discussão e disse que esse assunto deverá voltar à pauta em
84 outra ocasião.

85

86 **ITEM II – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2016**

87 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes, fez a apresentação do Relatório
88 da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre – SES/2016, previamente encaminhado aos
89 Conselheiros.

90 Após a apresentação, a Conselheira Vice-Presidente, Cléia Aparecida Clemente
91 Giosole, enfatizou que o papel do Conselho não é tão somente validar as matérias e sim,
92 também, participar e contribuir com a elaboração de planos e políticas de Saúde.

93 O Conselheiro Geraldo Azolini disse estar surpreso com a quantidade de unidades
94 ainda com gestão dupla. Segundo ele, há a necessidade da separação das gestões, de acordo
95 com a lei.

96 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole disse que a Lei 7.508 preconiza que
97 a Comissão Intergestores Bipartite - CIB pactua e o Conselho aprova as suas pactuações,
98 porém, isso não está acontecendo. Segundo a Conselheira, a prestação de contas, para quem é
99 leigo no assunto, parece perfeita, mas quando se conversa com os municípios, eles reclamam
100 que não estão recebendo verbas do Estado, da mesma forma, as organizações sociais, assim
101 como a falta medicamentos de responsabilidade do Estado. Ressaltou que essas pendências
102 tiveram validação na CIB e não foram de conhecimento do Conselho. A Conselheira ainda
103 destacou que o Conselho deve exercer o seu papel. Questionou em que parte do relatório

104 aparece o não repasse aos município,s que tanto se queixam e como fica o repasse do 0,30 que
105 foi deliberado na CIB.

106 A Gerente de Orçamento, Alba Sônia dos Santos, falou que não tem respostas para todas
107 as perguntas, que a falta de repasses aos municípios e a falta de medicamentos deve ser por
108 falta de cota orçamentária, que não está sendo disponibilizada pela Secretaria de Estado da
109 Fazenda. Disse que há uma tentativa de acordo entre o Secretário de Estado da Saúde e o
110 Secretário de Estado da Fazenda para resolver o problema, porém até esse momento nada foi
111 acertado.

112 O Conselheiro André Mendes Arent falou que o Estado está devendo e que não é visto
113 este passivo na prestação de contas. Perguntou se o que aparece é só o que está empenhado.
114 Enfatizou que o CES tem que ter ciência do buraco no orçamento para participar na busca de
115 soluções.

116 A Gerente de Orçamento, Alba Sônia dos Santos, respondeu que sim, somente o que
117 está empenhado que aparece no orçamento.

118 O Gerente de Controle e Avaliação do Sistema, Fábio Antônio de Souza, falou que, em
119 relação aos recursos da Atenção Básica, são repassados diretamente do Fundo Nacional de
120 Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. Em relação aos Municípios, alguns têm gestão plena,
121 ou seja, têm a totalidade da administração de suas unidades, inclusive hospitais e que com o
122 Pacto de Gestão alguns tiveram a oportunidade de assumir a gestão dos prestadores
123 gradativamente e também a gestão dos recursos do MAC (Média e Alta Complexidade). Disse
124 que a cada reunião CIB (Comissão Intergestores Bipartite) mais Municípios vêm assumindo a
125 gestão de seus prestadores de serviços, já que são gestões mais simples se comparadas às dos
126 hospitais. O Gerente disse, também, que existem os cofinanciamentos que são repassados
127 administrativamente e que isso pode estar um pouco atrasado em relação à falta de repasses.
128 Fábio destacou que não é somente por parte do Estado a dificuldade dos repasses, que o
129 repasse Federal também não está em dia.

130 A Gerente de Orçamento, Alba Sônia dos Santos, disse que encaminhará aos
131 conselheiros as respostas das dúvidas apresentadas.

132 O Conselheiro Nicolau de Almeida Netto perguntou quanto o estado deve em relação
133 às cirurgias eletivas e quanto tem de dívida para com os hospitais e as Organizações Sociais.
134 Falou que deve existir Política de Saúde e Política de Estado e haver diferença entre política
135 pública e política partidária. Disse que os conselheiros, ao aprovarem a prestação de contas,
136 também podem ser responsabilizados.

137 O Gerente de Controle e Avaliação do Sistema respondeu as cirurgias eletivas é uma
138 política do Ministério da Saúde, que existe desde 2003, e os estados complementam alguns
139 procedimentos. Disse que a demanda do Estado, em relação as cirurgias eletivas, sempre foi
140 maior do que os recursos repassados pelo Ministério. Informou que o Ministério da Saúde fez
141 alguns levantamentos e verificou que os profissionais deixaram de realizar outros
142 procedimentos da tabela do SUS, deixando de repassar o recurso das cirurgias eletivas,
143 somando uma dívida de 50 milhões com o Estado. Disse que a dívida com os Municípios já
144 está quase toda quitada e que os repasses do Estado para os Municípios podem ser
145 acompanhados no portal da transparência.

146 O Conselheiro Vânio Cardoso Lisboa falou que, no momento, o mais indicado é uma
147 visão macro para depois se detalhar o assunto. Fez uma série de questionamentos: Qual a
148 previsão de receita para o 2º Quadrimestre de 2016 no Estado de Santa Catarina? Qual o valor
149 da receita realizada no 2º Quadrimestre de 2016 no estado de Santa Catarina? Qual a previsão
150 orçamentária para Secretaria do Estado da Saúde - SES no 2º Quadrimestre de 2016 no estado
151 de Santa Catarina? Qual o valor realizado pela SES? Foi realizado tudo que estava previsto?
152 Se faltou algo, quanto faltou? Quanto a SES estava devendo? No 2º Quadrimestre de 2016 no
153 estado de Santa Catarina esse déficit foi pago ou não, aumentou ou diminuiu? O que têm
154 produzido que ainda não foi pago pela SES?

155 O Conselheiro Geraldo Azolini falou que os Municípios receberam em janeiro e
156 fevereiro os repasses dos cofinanciamentos, porém desde março, até o momento, ainda faltam,

157 ao todo, mais de 100 milhões em repasses. Disse esperar que os Municípios consigam receber
158 esses repasses integralmente nesse exercício para prestarem contas em tempo hábil.

159 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole acredita que alguns conselheiros não
160 leram o relatório, já que algumas respostas solicitadas já estão no documento.

161 A Conselheira Karina Cardoso Gulbis Zimmermann disse que têm algumas dúvidas
162 levantadas pela Conselheira Helga, porém não foram respondidas. Além disso, perguntou a
163 respeito dos recursos destinados à formação das pessoas, já que existem cursos que abrangem
164 50 pessoas Questionou se essas 50 são suficientes para multiplicar o conhecimento aos demais
165 em seus municípios.

166 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes, respondeu que depende do tipo
167 de especialidade. Sugeriu que o Superintendente de Vigilância em Saúde, Fábio Gaudenzi de
168 Faria, respondesse aos questionamentos.

169 O Superintendente, Fábio Gaudenzi de Faria, falou que daria uma resposta mais global,
170 já que são várias as capacitações. Disse que dependendo do foco da capacitação haverá
171 multiplicadores, como é o exemplo da Sífilis ou terão multiplicadores regionais, que levarão o
172 conhecimento adquirido para seus Municípios. Enquanto outras, como a hepatite, a
173 capacitação funcionará de forma específica dentro do Estado, já que não há um grande número
174 de especialistas trabalhando pelo SUS no Estado. Falou que a resposta vai depender do tipo de
175 capacitação, que tanto poderá ser para multiplicadores, como para especialistas.

176 A Conselheira Karina Cardoso Gulbis Zimmermann disse não estar satisfeita com o
177 número oferecido de capacitações, acha que não surtirá efeito para um pequeno número de
178 vagas.

179 O Superintendente, Fábio Gaudenzi de Faria, falou que é difícil abranger todos que
180 trabalham na área, por isso a ideia de trabalhar com multiplicadores.

181 O Conselheiro Nicolau de Almeida Netto disse que procurou e não achou nenhuma
182 capacitação em Vigilância em Saúde do Trabalhador.

183 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes, falou que a área Vigilância em
184 Saúde do Trabalhador está dentro da programação da Vigilância Sanitária.

185 Segundo o Conselheiro Nicolau de Almeida Netto, é gasto muito dinheiro em
186 qualificação nas vigilâncias, diferentemente dos hospitais. Disse que algumas vezes essas
187 qualificações são oferecidas para pessoas que não fazem parte do quadro efetivo do ente.
188 Sugeriu que o CES solicitasse que essas qualificações fossem priorizadas a pessoas que
189 ocupam o quadro efetivo dos municípios e Estado.

190 O Superintendente, Fábio Gaudenzi de Faria, informou que isso já está sendo cobrado
191 por parte da SES, já que algumas capacitações têm como condicionante pertencer ao quadro
192 efetivo do Município ou Estado. Concordou com o Conselheiro Nicolau de que o valor dessas
193 capacitações é muito elevado e disse que existe, como dificuldade, a constante rotatividade de
194 pessoal nos setores dentro do órgãos.

195 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes, agradeceu a presença das áreas
196 técnicas da SES, na sessão, e pediu que os questionamentos venham com mais antecedência,
197 para que se possa trazer o responsável pela área específica.

198 O Presidente, Jorge dos Passos Correa Cobra, também agradeceu a todos, e disse que a
199 votação desse tema será na próxima reunião, após o encaminhamento das dúvidas pelos
200 conselheiros, que ainda as tiverem, e os esclarecimentos das respectivas áreas técnicas.

201

202 **ITEM V - DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

203 O Presidente, Jorge Cobra, informou que para a próxima sessão já foram definidos
204 anteriormente dois itens: As Práticas Integrativas Complementares e a Prestação de Contas do
205 2º Quadrimestre de 2016.

206 A Conselheira Juliana Franco sugeriu que fossem discutidos a PEC 241, que trata de
207 corte de investimentos em 20 anos na saúde, a nomeou como a PEC do horror, e também
208 pediu que fossem discutidos nesse item a PL 257, que trata da renegociação da dívida dos

209 Estados com a União, juntamente com a discussão da dívida pública. Falou que indicará
210 nomes para falar sobre os temas sugeridos.

211 O Conselheiro Clóvis Thadeu Rabello Improta sugeriu a indicação de Maria Lúcia
212 Fatoreli, que é Presidente da ONG Dívida Cidadã, disse que não é feita auditoria nesse país
213 desde Getúlio Vargas e que acha que deveriam ser feitas auditorias nas dívidas do Estado e da
214 União.

215 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole lembrou que no ano de 2017 haverá
216 duas conferências temáticas, uma da Saúde da Mulher, a outra de Vigilância em Saúde. E
217 como já têm encaminhamentos do Conselho Nacional de Saúde, pediu autorização ao
218 Presidente do CES para pedir ao coordenador da Comissão de Vigilância em Saúde do CES
219 que marque uma reunião para discutir os encaminhamentos da Conferência. Falou que é
220 preciso chamar alguém da Atenção Básica da SES para dar início a Comissão da Saúde da
221 Mulher, e que se tire representantes do CES para atuarem junto nesta comissão.

222 O Conselheiro Bernard Van de Meene disse que o item Orçamento pode ser adiado
223 para a reunião de dezembro, já que o Orçamento já foi encaminhado ao Governador, que já
224 encaminhou à ALESC. Falou que não há alguma alteração que se possa fazer. E aconselhou a
225 todos Conselheiros que reprovem o Orçamento.

226 A Conselheira Juliana Franco perguntou quem apresentará o tema: As Práticas
227 Integrativas Complementares, já que o ex Conselheiro Milton Fernandes é uma grande
228 conhecedor do tema.

229 O Conselheiro Geraldo Azolini disse que uma vez que o Orçamento já tramitou em
230 várias áreas da SES, nada mais pode ser feito aqui, porém dentro da ALESC sim, primeiro é
231 preciso conhecer a peça orçamentária para sugerir emendas, através da Comissão de Saúde da
232 ALESC.

233 O Conselheiro Nicolau de Almeida Netto pediu ao CES que convoque uma reunião
234 ampliada da Comissão de Acompanhamento Orçamentário para todos os conselheiros, com
235 objetivo de discutir e esclarecer as dúvidas pendentes sobre o Orçamento da SES.

236 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole falou, como membro da Comissão de
237 Acompanhamento Orçamentário do CES, que deve-se levar em consideração, no modelo de
238 orçamento apresentado pela SES, que não consta o passivo das dívidas e pediu que todos os
239 Conselheiros se façam presentes na reunião ampliada da Comissão.

240 O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann sugeriu que o CES faça algum evento em
241 conjunto com Comissão de Saúde da ALESC para discutir as dificuldades encontradas na
242 prática e como superá-las. Falou que existem inúmeras matérias discutidas na Comissão de
243 Saúde da ALESC que muitas vezes não se têm acesso a elas. Sugeriu que se monte uma
244 Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares do CES, que terá como papel verificar
245 diariamente os assuntos em pauta na área da Saúde.

246 A Conselheira Juliana Franco pediu que todos os conselheiros fiquem até o final das
247 reuniões, já que todos itens de pauta têm igual importância. Sugeriu que se cumpra a duração
248 de tempo para cada item da pauta.

249 Após os encaminhamentos e sugestões, o Conselho aprovou a seguinte pauta:

250 Item 1 – As Práticas Integrativas Complementares;

251 Item 2 – Orçamento de 2017;

252 Item 3 – Prestação de Contas do 2º Quadrimestre;

253 Item 4 – PEC 241, PL 257 e Dívida Pública.

254

255 **RELATO DAS COMISSÕES**

256 O Conselheiro Bernard Van de Meene relatou que recebeu o documento solicitado à
257 Gerência de Orçamento da SES no dia anterior à reunião da Comissão de Acompanhamento
258 Orçamentários. Disse que ficou complicado realizar um bom trabalho. Pediu, anteriormente,
259 que essa Comissão participasse da construção do Orçamento, porém isso não aconteceu, já que
260 o Orçamento foi encaminhado pronto.

261 O Conselheiro Sérgio Murilo Rabelo, como coordenador da CIST/SC, relatou que no
262 dia 30/09, em Lages, aconteceu o encontro das CISTs de Blumenau, Chapecó, Lages, Xanxerê
263 e Estadual, no qual foram discutidos os encaminhamentos para o 7º Encontro Nacional das
264 CISTTs. Disse que foi construído um relatório, e quem tiver interesse, pode solicitar à
265 Secretaria Executiva.

266

267 **INFORMES**

268 O Conselheiro Eduardo Marques Macário, Diretor da Vigilância Epidemiológica,
269 comunicou que, no dia 15/10, haverá um evento no Parque de Coqueiros de Promoção à
270 Saúde, com enfoque nas mulheres, relacionado à práticas de atividades físicas e alimentação
271 saudável. Que haverá diversas atividades, palestras e interatividade para discussão do tema.
272 Informou, também, que no dia 26/11, acontecerá outro evento similar, no mesmo local, com
273 foco no homem, para tratar das práticas de atividades físicas e alimentação saudável, como
274 fator de prevenção.

275 O Conselheiro Vânio Cardoso Lisboa informou que os médicos que trabalham no
276 SAMU, contratados pela SPDM, há 3 anos, não têm reajustes e aumento salarial. Disse que o
277 SIMESC recebe muita pressão da categoria para realizar greve e reivindicar seus direitos.
278 Informou, também, que no Hospital Governador Celso Ramos existe a falta de cirurgias
279 eletivas e não há vagas no centro cirúrgico. Segundo ele, isso se deve à falta de medicamentos
280 e às cirurgias de emergências.

281 O Presidente falou que a Comissão de Saúde da Mulher será coordenada pela
282 Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole.

283 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a
284 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

285

Florianópolis, 5 de outubro 2016.